

ESTUDANTES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NA UFMS: ACESSO POR MEIO DAS COTAS

Tatiane Lima
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
tatianelimaufms@gmail.com

Carina Elisabeth Maciel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
carina22em@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo é um recorte de pesquisa de mestrado na qual foi realizado um estudo sobre os aspectos que interferem no acesso e permanência de estudantes transexuais e travestis na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no *campus* Campo Grande. Como metodologia, realizamos entrevistas semiestruturadas com cinco estudantes que ingressaram na instituição no período de 2013 a 2018¹, cujas questões foram divididas em quatro agrupamentos: dados de identificação, perfil socioeconômico, escolaridade, acesso e permanência na universidade. Priorizamos as entrevistas como coleta de dados por ser um fator contribuinte para a visibilidade dessas pessoas, haja vista que somente elas podem dizer sobre suas vivências, de acordo com suas realidades.

Este texto tem por objetivo discutir como as políticas de cotas interferem no acesso de estudantes transexuais e travestis na UFMS, com base nas respostas obtidas a partir das questões sobre acesso e permanência na universidade. Para tanto, apresentaremos brevemente o perfil socioeconômico das(os) entrevistadas(os) para, posteriormente, aprofundarmos no objetivo proposto. Por fim, apresentamos as considerações finais.

O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Para compor o perfil das(os) estudantes, priorizamos a autodeclaração da identidade de gênero, da cor da pele e da orientação sexual, por entendermos que correspondem a um processo pessoal de reconhecimento, que dispõe, além da própria identificação, o modo como a pessoa se percebe e se posiciona na

¹ As entrevistas foram realizadas em 2019.

sociedade. Ao todo, entrevistamos cinco estudantes que estudam na UFMS: Lucas² – homem transexual de 18 anos que se autodeclara pardo; Maia – mulher transexual branca, 22 anos; Mariana – se reconhece travesti e negra, 28 anos; Loren – homem transexual negro e 23 anos; e Freddy – pessoa transexual não binária branca, 21 anos.

Maia afirma que se considera como pertencente à classe média alta, mas reconhece que não é rica, porque vê uma disparidade entre ela e as amigas que passam as férias fora do país, em países como França e Índia. Para Lucas, sua família é de classe média baixa, no entanto, em seguida diz “na verdade, não sei”. Já Mariana afirma de forma convicta ser “pobre, pobre”, ao se declarar como classe média baixa. Loren identifica que sua família é de classe média, “que tem muitas coisas boas”, mas, como se desvinculou e mora com a namorada, afirma estar “em uma classe muito baixa” e espera que as coisas melhorem. Freddy, embora continue morando com os pais, aponta que vem de uma família classe média, mas que atualmente considera como classe média alta.

Além das características como raça e gênero, levantamos dados sobre o contexto socioeconômico e educacional tanto das/os estudantes quanto de seus pais. Portanto, Mariana cursa ciências sociais e provém da rede pública, assim como Lucas, que cursa história e provém da rede pública e Loren, que cursa artes visuais e também provém da rede pública. Contrário às(aos) três que têm menos condições financeiras, Maia cursa jornalismo, tem maior poder econômico e é proveniente de escola privada, bem como Freddy, que cursa artes visuais. No tocante à escolaridade dos pais/responsáveis, somente Mariana não tem pais com formação superior.

Pertinente ao acesso à UFMS por meio das cotas, das(os) cinco entrevistadas(os), três entraram por cotas e são oriundas/os de escola pública, pertencentes a uma classe com baixo poder econômico e são negras/os e pardas/os, enquanto as duas pessoas que não entraram por cotas são provenientes de escola privada, têm maior poder econômico e são brancas. Conquanto, as cotas na universidade são organizadas por linhas,

L1 - Candidatos com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; [...]

² Todos os nomes são fictícios, escolhidos pelas/os entrevistadas/os.

- L3 - Candidatos autodeclarados pretos ou pardos, com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;
- L4 - Candidatos autodeclarados indígenas, com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;
- L5 - Candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; [...]
- L7 - Candidatos autodeclarados pretos ou pardos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;
- L8 - Candidatos autodeclarados indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;
- L9 - Candidatos com deficiência que tenham renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; [...]
- L11 - Candidatos com deficiência, autodeclarados pretos ou pardos, que tenham renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; [...]
- L13 - Candidatos com deficiência que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; [...]
- L15 - Candidatos com deficiência, autodeclarados pretos ou pardos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (UFMS, 2018).

Conforme as linhas, Lucas entrou por cotas de escola pública (L5); Mariana entrou por cotas raciais, de escola pública e renda familiar *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (L3); Loren entrou por cotas raciais e escola pública (L7); e somente Maia e Freddy não entraram por cotas. Como ainda não há cotas específicas para pessoas transexuais e travestis, as(os) estudantes recorreram às vagas de acordo com seus respectivos critérios. Por conseguinte, esses aspectos mostram que a política de cotas contribuiu para o acesso de transexuais e travestis que estão incluídas(os) num contexto de desigualdades sociais, mas ainda são necessárias políticas específicas, haja vista que suas vivências são perpassadas por outras condições de vulnerabilidade, como as situações de transfobia relatadas pelas(os) estudantes ao decorrer das entrevistas.

A transfobia dentro da universidade é citada por Loren como uma ação que ocorre de forma velada, por meio de olhares e desrespeito com o pronome de acordo com o gênero, ainda que na instituição haja a resolução nº 41, a qual garante o uso do nome social desde 2013. Nesse contexto, a necessidade de investimentos públicos para questões psicológicas e financeiras relacionadas ao acesso e à permanência na universidade também foi mencionada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecemos que a política de cotas interfere no acesso de pessoas transexuais e travestis que estão inseridas(os) em segmentos sociais historicamente excluídos do direito à educação. Porém, o acesso à educação superior ainda permanece restrito a uma parcela mínima da sociedade que tem amparo e/ou apoio financeiro de relacionamentos familiares e afetivos, como apontado pelas(os) entrevistados ao reconhecerem que suas vivências são privilegiadas quando comparadas à marginalização histórica de outras pessoas transexuais e travestis. Por esse motivo, ressaltaram também a importância de investimentos públicos para o acesso dessa população na promulgação de cotas específicas e políticas direcionadas às questões psicológicas e financeiras.

A partir das respostas obtidas, consideramos que o acesso à universidade para grupos em desvantagens sociais requer ser pensado para além do acesso, uma vez que implica em formação e conclusão. Nessa perspectiva, ainda que os relatos de transfobia sejam menos incisivos, cabe à instituição dispor de práticas para promoção de discussões que reconheçam os direitos conquistados, como as resoluções para garantia do nome social. Por fim, também requer investigar os aspectos que interferem no acesso de transexuais e travestis que não estão na educação superior, para então compreendermos quais políticas podem ser elaboradas para incluir esse público até então à margem da sociedade.

REFERÊNCIAS

GRUSKY, D. The past, present, and future of social inequality. *In*: GRUSKY, David. (Org). **Social stratification**: class, race and gender in sociological perspective. Boulder/Colorado: Westview, 2001. p. 3-51.

SILVA, Anna *et al.* A influência da escolaridade dos pais e da renda familiar no desempenho dos candidatos do ENEM. **ENEGEP**, Joinville/SC, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Edital Sistema de Seleção Unificado 2018 – Verão**. Campo Grande, 2018. Disponível em: <http://concursos.ufms.br/front/events/list?type=c>. Acesso em: 30 jun. 2021.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 226-370, 2006.